

A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca^{***}

Ana Sampaio e Castro* Luís Sebastian**

* Arqueólogo - Direcção Regional de Cultura Norte. (luispereirasebastian@gmail.com).

** Arqueóloga - Direcção da intervenção arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca. (ana.sampaioecastro@gmail.com).

Resumo: A primeira carta de couto, outorgada por D. Afonso Henriques, respeitante ao Mosteiro de S. João de Tarouca data de 1140. A política de expansão territorial foi efectuada através de compras, doações e escambos de propriedades, não só no vale do Varosa, mas também em toda a região do Douro e áreas limítrofes. Em muitos dos casos foram constituídas granjas, cujo objectivo era a produção de géneros alimentícios. As vias utilizadas para o transporte de pessoas e mercadorias, dentro do território do couto e nos seus limites, foram implementadas ou aproveitadas a partir de vias mais antigas.

Palavras-chave: Implantação; expansão territorial; séculos XII-XIII; Mosteiro de S. João de Tarouca; Portugal.

Abstract: The first “carta de couto” belonging to the monastery of S. João de Tarouca was granted by D. Afonso Henriques in 1140. The territorial expansion was taken through purchasing, donations and renting, not only in Varosa valley, but also in Douro region and limitrophe areas. In some cases it was established “granjas”, who’s main purpose was the production of alimentary goods. The roads that served transportation of people and goods, inside the “couto” territory and its boundary, where built or profited from older ones.

Key words: Settlement; territorial expansion; 12th-13th centuries; Monastery of S. João de Tarouca; Portugal.

^{***} Este texto corresponde a uma versão actualizada e desenvolvida da contribuição homónima para o *Colóquio Internacional Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero*, decorrido em Março de 2007 em Zamora, organizado pela Junta de Castilla y León, e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico.

1. Enquadramento geográfico

O Mosteiro de S. João de Tarouca (40° 59' 44'' N; 7° 44' 36'' W, 550 m de altitude) localiza-se na freguesia homónima, concelho de Tarouca e distrito de Viseu, situando-se no vale do rio Varosa e dominado por várias elevações com altitudes máximas de cerca de 890 m, nomeadamente o Quintiã, a Cascalheira e o Monte Corvo¹, que se encontram

dependentes da Serra de St.^a Helena e da Serra de Leomil Enquadra-se, geograficamente, na região da Beira Alta, mais precisamente na denominada região de Riba Douro, actualmente intitulada de Douro Sul.

A principal linha de água na proximidade do mosteiro, a cerca de 200 m, é o rio Varosa, afluente da margem esquerda do rio Douro, originando um vale muito profundo se tomarmos em consideração

que a cota do nível de base do rio Douro é de 50 m (Ferreira; Sousa, 1994:8) e que a nascente do Varosa se situa a cerca de 1000 m de altitude, na serra do Mouro (freguesia de Várzea da Serra, concelho de Tarouca), passando a cerca de 510 m de altitude na zona de influência do mosteiro.

As linhas de água que passam na área de implantação do mosteiro são o Corgo da Cerca ou da Aveleira, que nasce entre as elevações do Quintiã e da Cascalheira, a cerca de 900 m de altitude, correndo de Sul para Norte, e Corgo do Pinheiro, da Fraga ou da Frágua², correndo de Nordeste para Sudoeste, nascendo nas proximidades da povoação do Pinheiro a cerca de 830 m de altitude. Estas duas linhas de água unem-se dentro do espaço monástico, formando uma ribeira principal a que a população designa simplesmente de Corgo, subsidiária do rio Varosa.

Geologicamente esta área integra-se na Zona Centro-Ibérica, designada por Mafício Antigo que ocupa uma grande parte do país, sendo formado por granitos, xistos e quartzitos. O Mosteiro de S. João de Tarouca situa-se na zona de influência dos denominados “Granito de Vila Chã” e “Granito de Penedono-Salzedas-Alvite”, isto é, granito de grão médio moscovítico-biotítico, porfiróide e granito de grão fino de duas micas (Ob. Cit.:26).

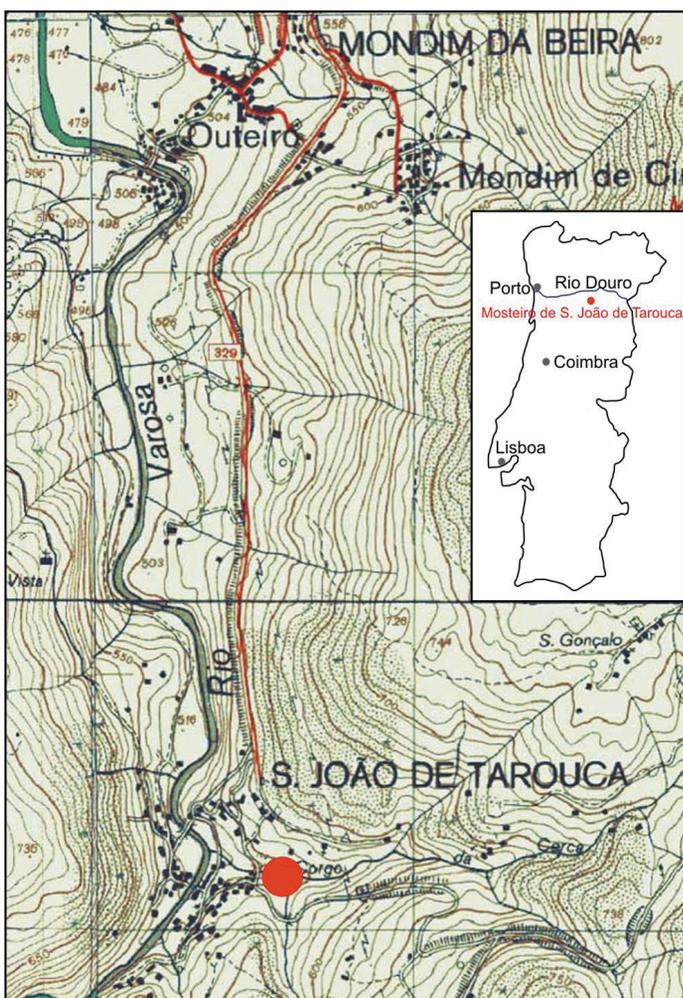


Figura 1 - Localização do Mosteiro de S. João de Tarouca. Carta Militar de Portugal, 1/25 000, Folha n.º 148, Instituto Geográfico do Exército, 3ª edição, 1997 (A. S. Castro).

¹ Designado na Carta Militar de Portugal (CMP), escala 1/25 000, Folha n.º 148, Moimenta da Beira, 3ª edição, 1997, do Instituto Geográfico do Exército como Cumeeira e localmente Monte Corvo.

² Na CMP., escala 1/25 000, Folha n.º 148, Moimenta da Beira, 3ª edição, 1997, do Instituto Geográfico do Exército encontramos a denominação desta linha de água como corgo da Cerca.

2. A implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca

2.1. A fundação

O Mosteiro de S. João de Tarouca foi considerado, ao longo de várias décadas, o primeiro estabelecimento cisterciense em Portugal, sendo referido um documento de 1144³ onde se encontra expressamente citado “*secundum ordinem cisterciensem*”, passando a ser considerada a data da entrada da Ordem Cisterciense em território nacional ou pelo menos aquela onde há uma referência precisa à Ordem.

O mais recente estudo sobre este tema, da responsabilidade de Maria Alegria Marques (1998), aborda vários problemas cronológicos relativamente à presença dos monges brancos em território nacional. A autora refere que a primeira fundação cisterciense foi o Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões em 1138, colocando a hipótese de o Mosteiro de S. João de Tarouca observar a regra cisterciense já em 1140, aquando da carta de couto passada por D. Afonso Henriques, ainda que aí surja apenas a referência geral à observância beneditina. Aponta igualmente a ligação do antigo eremitério de Santiago de Sever a Tarouca, que já teria adoptado a regra cisterciense em 1141⁴ (Ob. Cit.:39).

Outros autores (Torre, 1999:77) não concordam com a atribuição da data de 1140 à observância da regra cisterciense em Tarouca, uma vez que o citado documento (carta de couto) faz apenas referência à regra beneditina. Por seu lado Maria Alegria Marques, (1998: 40) refere que isto “não significa, necessariamente, que já não fosse sob observância cisterciense”, recordando que Cister apenas é um movimento de re-

forma dentro da Ordem Beneditina, que Tarouca não possuía uma ligação à Ordem de S. Bento e que nos documentos onde aparece a menção à regra beneditina (as cartas de couto de S. João de Tarouca e de S. Cristóvão de Lafões, 1140 e 1161 respectivamente) provêm da chancelaria régia, compreendendo a “não explicitação da nova reforma” (Ob. Cit.:41).

Inclinamo-nos a concordar com as hipóteses avançadas por esta autora, referindo também que, tanto Tarouca como Sever e Lafões teriam uma comunidade anterior, possivelmente eremítica, não seguindo uma verdadeira regra⁵ (Ob. Cit.:41). É já apontado por vários autores (Torre, 1999:86-97) a existência de um cenóbio de “tradição beneditina” no local do mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca, devido ao facto do mosteiro não ser consagrado à Virgem Maria, como é comum nos estabelecimentos *ex nihil* da Ordem, mas a S. João. Esta questão da invocação não se afigura fácil, uma vez que existem indícios de cenóbios beneditinos com posterior dedicação à Virgem Maria enquanto cistercienses. Podemos contudo colocar a hipótese da presença beneditina nos restantes casos (em S. João de Tarouca, Santiago de Sever e S. Cristóvão de Lafões – referindo apenas os casos de mosteiros masculinos) dever-se a uma forte implantação desta Ordem em cada uma destas regiões. Relativamente a S. João de Tarouca, Torre Rodríguez (1999:91) aponta a sua existência beneditina antes de 1110, embora não refira a causa da apresentação desta datação tão precisa, notando que se existe uma doação régia em 1144 de uma propriedade no Porto, a tão grande distância do mosteiro, e um documento de 1145 no qual consta uma troca de herdades em Alvelos (freguesia da Sé, concelho de Lamego) por

³ Este documento é uma doação régia de Abril de 1144 (Fernandes, 1991:576), onde D. Afonso Henriques concede carta de couto ao Mosteiro de S. João de Tarouca de pesqueiras e salinas em S.ta Eulália (Lordelo, Porto).

⁴ José Mattoso (1997:132) menciona que o abade do Mosteiro de S. João de Tarouca entre 1141 e 1144 foi João Cirita, o mesmo que fundou Santiago de Sever, deixando-o por Tarouca um pouco antes de 1141.

⁵ Salientamos que num documento de 1185 (Fernandes, 1991:592) ainda se refere o Mosteiro de S. João de Tarouca como beneditino, não o sendo já certamente. Sobre a questão dos eremitérios José Mattoso (1997:73) esclarece que “o sistema de observância mais frequentemente usado até à época carolíngia, sistema que designaram com a expressão elucidativa de *regula mixta*, quer dizer um tipo de observâncias não necessariamente consignadas num texto único, mas o conjunto de costumes adoptados num mosteiro e baseado não só em várias regras materialmente agrupadas num *codex regularum*, mas também em tradições locais que até podiam contradizer algumas das prescrições dessas regras”. Todo este tema prende-se, igualmente, com o assunto da antiguidade dos eremitérios e a introdução da Ordem de S. Bento na Península, já abordada por José Mattoso (1997).

uma biblioteca entre os cônegos e o prior de S. Sebastião de Lamego e os monges de S. João de Tarouca, é porque existiria já um grande enraizamento do mosteiro na região, tendo meios suficientes para poderem gerir a longínqua propriedade e organizarem uma biblioteca que pressupunha a existência de um *scriptorium* no espaço monástico. De facto este documento de 30 de Novembro de 1145 que consta do *Livro das Doações de Tarouca*⁶ menciona o seguinte: “*Damus et concedimus vobis has supradictas hereditates pro biblioteca quam scripsistis*” (LDT, n.º 144), troca de herdades por uma biblioteca escrita no mosteiro. Segundo Torre Rodríguez (1999:90) esta *biblioteca* é um conjunto de livros religiosos para uso dos cônegos e prior da citada igreja de S. Sebastião de Lamego. Almeida Fernandes (1970:37) tem uma opinião diferente relativamente a este termo, sugerindo que por *biblioteca* se deve entender Bíblia, apontando o caso de uma dotação de D. Mumadona ao mosteiro de Guimarães em 959, onde a *biblioteca* surge conjuntamente com outros livros religiosos.

Existe ainda um outro documento de Abril do mesmo ano (1145) que já refere a existência desta *biblioteca*, onde Egas Peres e sua mulher escambam com o mosteiro propriedades que foram parte do preço da dita *biblioteca* (LDT, n.º 146), podendo-se recuar a data da troca com o prior de S. Sebastião de Lamego para o início de 1145, pelo menos, embora o documento de escambo só seja efectuado em Novembro desse mesmo ano.

Estes documentos são, sem dúvida, interessantes e importantes, pois como veremos, a data do início da construção da igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca é 1154, sabendo à priori que este edifício é o primeiro a ser edificado em qualquer espaço monástico, só nos

restam duas hipóteses de interpretação: ou existiria um conjunto arquitectónico anterior às edificações cistercienses da segunda metade de século XII, de implantação beneditina e com meios suficientes para a edificação de um *scriptorium* e cópia de manuscritos, se aceitarmos que o termo *biblioteca* possa significar um conjunto de livros, ou não possuindo ainda meios para reproduzir livros no local, os monges poderão ter adquirido a Bíblia (se aceitarmos a hipótese de Almeida Fernandes – *biblioteca* = Bíblia) para posteriormente a trocar com o prior de S. Sebastião de Lamego. Torre Rodríguez (1999:91) avança ainda, baseado no documento de Novembro de 1145, que o mosteiro, devido à sua proximidade e fama da sua biblioteca e monges copistas, terá obrigatoriamente de ter uma edificação bem anterior a 1140. Colocamos a hipótese, baseando-nos no que referimos anteriormente, do mosteiro ter adquirido a dita *biblioteca* propositalmente para a troca de propriedades, já que, nesta altura, encontrava-se em fase de expansão territorial e seria o único, nas proximidades de Lamego, distando cerca de duas léguas (Fernandes, 1948), capaz de providenciar tal pedido devido à sua ascensão económica, impulsionada, inicialmente, de forma directa pela Ordem (Fernandes, 1976:11).

Infelizmente não possuímos dados arqueológicos que nos permitam afirmar a existência de uma comunidade anterior ao estabelecimento cisterciense, poderemos apenas colocar a hipótese de tal edificação ter sido construída com materiais perecíveis, não subsistindo qualquer vestígio ou o seu assentamento não se verificar na área actual, mas nas suas proximidades⁷. De qualquer das formas é natural uma pré-existência eremítica, uma vez que vários mosteiros cistercienses foram fundados em locais onde existiriam já pequenas comunidades religiosas⁸.

⁶ O *Livro de Doações de Tarouca*, volume I, foi publicado por Almeida Fernandes em 1991, juntando uma série de documentos pertencentes a um cartulário respeitantes ao couro monástico, granjas e propriedades, entre 1141 e 1266. De forma a facilitar a sua referência utilizaremos a designação LDT e o número do respectivo documento.

⁷ Segundo lenda local, o primitivo cenóbio localizar-se-ia nas proximidades da capela de S. Gonçalo (Teixeira, 1999:206), embora actualmente não identifiquemos qualquer vestígio na sua envolvente.

⁸ Apontamos como exemplos o caso de Lorvão que terá sido fundado no último quartel de séc. IX, em 1085 adopta a regra beneditina e em 1211 a cisterciense; o Mosteiro de Sta. Maria de Maceira-Dão, fundado em 1154 pelos beneditinos, adopta a regra cisterciense em 1188; o Mosteiro de S.ta Maria de Salzedas, referenciado antes de 1155 e cisterciense em 1161-1196; Mosteiro de Sta. Maria de Aguiar com fundação beneditina entre 1150-1170, adoptando a regra cisterciense em 1170 (Marques, 1998:24-26). José Mattoso (1997:123) também aponta outros países onde sucedeu tal facto: Inglaterra, França, Flandres, Itália e Espanha.

A carta de couto já mencionada e que estabelece os limites do couto do mosteiro é apontada por A. Almeida Fernandes (1970:65-66) como um indicador de que existia uma mudança na vida da comunidade monástica aí instalada. São também de referir os documentos relativos a doações e compras (constantes no LDT) que se efectuaram logo após a delimitação do couto monástico e anteriores a 1144.

As suposições avançadas por Maria Alegria Marques fazem todo o sentido se considerarmos que a política económica cisterciense, que predominou durante todo o período medieval foi, sem dúvida, o do alargamento do seu couto e a estruturação de granjas, apoiando-se em doações, compras e escambos de propriedades. Assim, se tivermos em linha de conta a carta de couto passada em 1140 e as posteriores compras, doações e escambos até Abril de 1144, verificamos que há um enquadramento perfeito na política de expansão da Ordem. Se, por outro lado, admitirmos a existência de uma forte implantação beneditina no local do mosteiro, ou nas suas proximidades, explicamos os documentos de 1144 e 1145, pois nesta altura teriam já condições económicas para gerir propriedades a longa distância e “escrever” uma *biblioteca*, seja ela um conjunto de livros ou o livro sagrado.

Apesar de todos os pressupostos avançados anteriormente não encontramos dados documentais suficientes, uma vez que todos os documentos do Mosteiro de S. João de Tarouca, guardados no Seminário de Viseu, após a extinção das ordens monásticas em 1834, desapareceram para sempre num incêndio ocorrido em 1841⁹.

2.2. O local

Segundo as regras da Ordem cisterciense a localização do mosteiro e a organização do espaço monástico deve obedecer a determinados princípios. Os cistercienses privilegiavam a localização

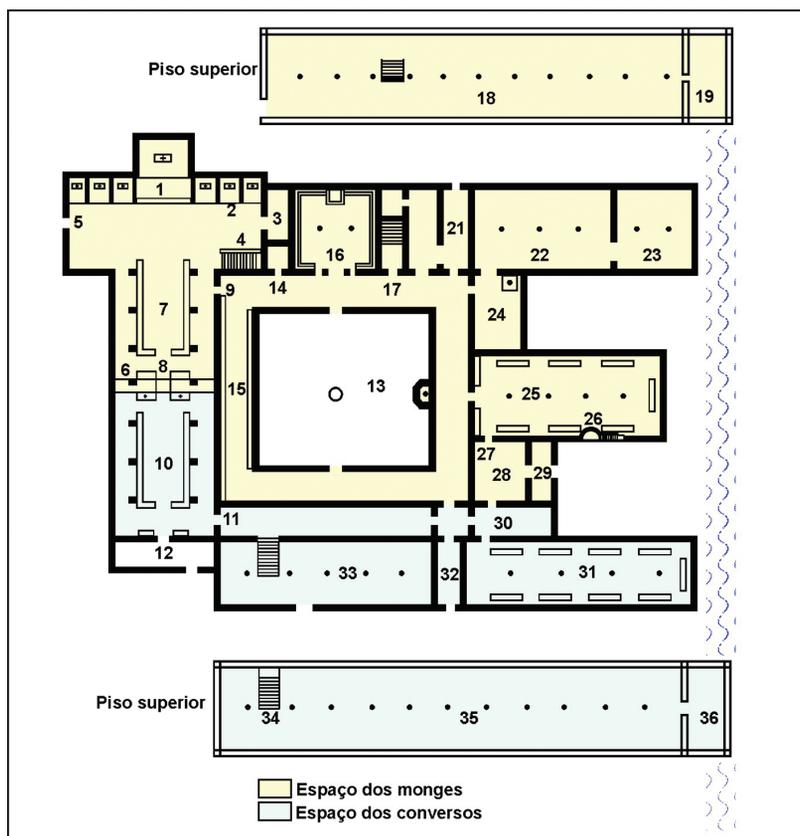
do mosteiro em vales férteis, amplamente irrigados, em detrimento da proximidade de aglomerados urbanos ou enquadramentos topográficos elevados. Os *INSTITUTA* do Capítulo Geral da Ordem, datados de 1134, preconizavam o afastamento das comunidades monásticas relativamente a focos de povoamento de acordo com princípios de recolhimento espiritual e austeridade, com dedicação ao trabalho da terra, como rumo único para uma vivência coerente, devota ao louvor a Deus.

Este afastamento impunha a auto sobrevivência da comunidade, implicando a proximidade de terrenos férteis para cultivo, uso pecuário e florestal, com acesso fácil a recursos hídricos. Assim, as regras de implantação dos mosteiros cistercienses consideravam aspectos biogeográficos, pedológicos e geomorfológicos (Castro; Sebastian, 2002:37).

O Mosteiro de S. João de Tarouca, embora se situe longe de grandes aglomerados urbanos, tem na sua proximidade uma pequena povoação que existiria já antes da implantação do mosteiro, chamada de S. João de Tarouca, na margem esquerda do rio Varosa e que após a implantação da comunidade monástica cisterciense se expandiu para a margem direita, designando-se aí por Burgo (Vasconcelos, 1933:176; Moreira, 1924:140). É natural que o isolamento monástico cisterciense¹⁰ não fosse total, pois necessitavam de recursos humanos para implantarem um sistema económico baseado na exploração agrícola. Se por um lado verificamos que a Ordem tentou inicialmente recuperar a figura do monge trabalhador, segundo a máxima *Ora et Labora* beneditina, por outro lado vemos que a política de expansão territorial reflectida nas constantes compras, doações e escambos de propriedades no couto, suas proximidades, na região ou a nível nacional, permitiu um grande crescimento económico durante os séculos XII, XIII e XIV. Contudo, os preceitos preconizados pela Ordem contemplavam não só o trabalho da terra, mas também a sua propriedade, podendo conjugar o factor produção

⁹ Os documentos pertencentes ao Mosteiro de S.ta Maria de Salzedas e S. Cristóvão de Lafões também se encontravam no local, tendo o mesmo fim.

¹⁰ A título de exemplo verifica-se que a área de implantação do mosteiro cisterciense de Sta. Maria de Alcobaca era maioritariamente constituído por terra virgem, embora se registre alguns núcleos populacionais de pequenas dimensões (Marques, 1998:181).



- | | |
|---|--|
| 1. Santuário e altar principal | 19. Latrinas |
| 2. Capelas do transepto e altares secundários | 20. Locutório ou auditório dos monges |
| 3. Sacristia | 21. Corredor |
| 4. Escadas das matinas | 22. Sala dos monges (<i>scriptorium</i>) |
| 5. Porta dos mortos | 23. Sala dos noviços |
| 6. Clausura alta | 24. Calefactório |
| 7. Coro dos monges | 25. Refeitório dos monges |
| 8. Banco dos impedidos e enfermos | 26. Púlpito |
| 9. Porta dos monges | 27. Cozinha |
| 10. Coro dos conversos | 28. Porta |
| 11. Porta dos conversos | 29. Despensas |
| 12. <i>Nártex</i> | 30. Locutório ou suditório dos monges |
| 13. Pátio do claustro com poço e lavabo | 31. Refeitório dos conversos |
| 14. <i>Armarium</i> | 32. Corredor |
| 15. Galeria do <i>collatio</i> (com <i>mandatum</i>) | 33. Armazém |
| 16. Sala do capítulo | 34. Escadas de acesso ao piso superior |
| 17. Escadas de acesso ao piso superior | 35. Dormitório dos conversos |
| 18. Dormitório dos monges | 36. Latrinas |

Figura 2 - Planta cisterciense tipo, segundo Jean-François Leroux-Dhuys, (“Las abadías cistercienses, História y Arquitectura”, 1999, p. 52).

com a capacidade económica (Torre, 1999:137).

Temos assim dois factores essenciais e intimamente ligados à implantação dos mosteiros cistercienses: a geografia e a economia (Cocheril, 1986:19), como são os exemplos do mosteiro em estudo, de Sta. Maria de Salzedas ou de Sta. Maria de Alcobaça, embora existam outros casos em que a própria implantação ditou, a curto ou médio prazo, o fim da comunidade monástica, a sua insuficiência enquanto força económica¹¹ ou a sua transferência para outro local¹².

A disposição dos edifícios monásticos cistercienses correspondem a um plano pré-determinado, embora hajam certas excepções, consoante a topografia do terreno, como é o caso de Sénanque ou Silvacane, onde o refeitório é paralelo à igreja (Ob. Cit.:38).

O plano ideal do mosteiro cisterciense, sendo um local fechado e formando um quadrado, é composto, num dos lados pela igreja, de planta cruciforme, que se encontra em plano elevado relativamente aos restantes edifícios, aproveitando uma elevação topográfica do terreno. A sua fachada é constituída por um frontão simples,

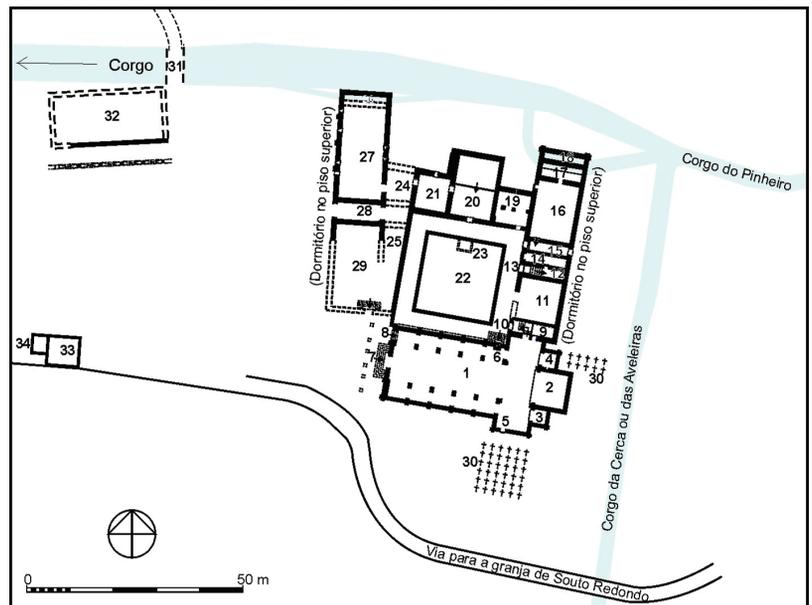
¹¹ Como é o caso de S. Cristóvão de Lafões (Cocheril, 1986: 19).

¹² Apontamos alguns dos exemplos portugueses: Sta. Maria do Bouro, inicialmente edificado no monte de S. Miguel, posteriormente transferido para a Senhora da Abadia e por último implantado no local actual; S. Pedro das Águias edificado numa zona de escarpa e transferido para o vale, mantendo o mesmo nome; Abadia Velha, construída junto ao rio Varosa, entre Ucanha e Salzedas, a cerca de 1500 metros desta última, e transferida, não chegando a acabar a sua edificação, para Salzedas (Rodrigues; Teixeira; Torre, 2000: 508). Existem também exemplos de mosteiros cistercienses em França onde sucedeu a mesma situação, é o caso do primeiro mosteiro da Ordem: Cîteaux, localizado primitivamente nas proximidades de La Forgeotte em 1098 e transferido para 2 km a Sul, antes de 1106, devido à falta de água do primeiro sítio (Auberger, 1997: 12).

reforçada por dois contrafortes, podendo, na maioria dos casos, ser precedida por um *nartex*. Neste alçado ainda se verificam a existência de uma porta de acesso à igreja. O interior da igreja, apresentando três naves, uma central e duas laterais, é constituído por: capela-mor, sobrelevada por um ou dois degraus; capelas laterais, localizadas a Este do braço do transepto e de menor dimensão do que a capela-mor, o seu número pode diferenciar entre uma a três lado de a capela-mor; coro dos monges, situado na nave central, é fechado por uma balaustrada em madeira; coro dos conversos, situado na nave central, a Oeste do coro dos monges; sacristia, situada na continuação de um dos braços do transepto e acessível por uma pequena porta. A Oeste localiza-se o armário, onde se guardavam os livros religiosos; porta dos mortos, localizada na parte oposta à porta de acesso à sacristia, comunicando com o cemitério. As dependências monásticas, situadas a Norte ou a Sul da igreja, são constituídas por duas alas: a ala dos monges e a ala dos conversos, separando-as o claustro.

Os edifícios correspondentes à ala dos monges encontram-se na continuação do transepto da igreja e perpendicular ao corpo desta. Os espaços que se lhe encontram afectos são: a sacristia; a sala do capítulo; a escada de acesso ao piso superior, onde encontramos o dormitório dos monges que ocupa todo esse nível; o auditório (ou locutório); a sala de trabalho dos monges; o noviciado e as latrinas;

Os edifícios que ocupam a parte Norte ou Sul do claustro são o calefactório, o refeitório e a cozinha. A ala dos conversos, perpendicular ao corpo



- | | |
|--|---|
| 1. Igreja | 18. Latrinas do piso superior |
| 2. Capela-mor | 19. Calefactorium |
| 3. Capela lateral (consagração desconhecida) | 20. Refeitório dos monges |
| 4. Capela lateral (consagrada a S. Miguel) | 21. Cozinha |
| 5. Porta dos mortos | 22. Pátio do claustro |
| 6. Porta dos monges | 23. Lavabo (?) |
| 7. <i>Nártex</i> | 24. Locutório ou auditório dos conversos (?) |
| 8. Porta dos conversos | 25. Corredor dos conversos (?) |
| 9. Sacristia | 26. Latrinas do piso superior (?) |
| 10. Armário | 27. Tulha |
| 11. Sala do capítulo | 28. Corredor de acesso ao exterior ("porta do carro") |
| 12. Armário do locutório (ou auditório) dos monges | 29. Refeitório dos conversos |
| 13. Escada de acesso ao dormitório | 30. Cemitério |
| 14. Locutório (ou auditório) dos monges | 31. Ponte (?) |
| 15. Corredor de acesso ao exterior | 32. Tulha (?) |
| 16. Sala dos monges (<i>scriptorium</i>) | 33. Igreja de S. Brás |
| 17. Latrinas do piso inferior | 34. Sacristia |

Figura 3 - Mosteiro de S. João de Tarouca. Planta Medieval (L. Sebastian).

da igreja, desenvolve-se a partir dos pés desta, sendo constituída por um corredor que dá acesso: à igreja (onde se localiza uma porta na segunda metade de uma das alas laterais), ao claustro e às restantes dependências desta ala. Os restantes espaços são constituídos pelo auditório (ou locutório), armazém, refeitório dos conversos e latrinas, sendo a parte superior ocupada pelo dormitório.

No centro destes edifícios localiza-se o claustro com quatro galerias, o mandato ao longo do corpo da igreja, a porta dos monges de acesso ao interior da igreja junto ao braço do transepto, e um lavatório, situado em frente ao refeitório.

A planta medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca insere-se no que descrevemos anteriormen-

tes encontram-se bem definidos na referida carta: “ao Oriente, pela fonte e, daí, pela estrada de Paredes Secas, conforme correm as águas do monte do Souto Redondo e conforme divide com Vila Chã, água corrente para o couto; e daí à foz de *Tranvita* e daí, pelo cume do monte *Fifineira* e pelo Carvalho da Prova; daí, por onde entra o fontão no Barosa e, daí, pelo outeiro da Armada; e daí pelo monte de Pinheiro, até à fonte onde principiamos”¹³.

Em primeiro lugar, verificámos que a Oriente o couto primitivo era delimitado por uma fonte que Almeida Fernandes (Ob. Cit.:76) refere, apoiando-se no documento, como “*fontem de Secelea*”, embora a transcrição a que recorreremos¹⁴ apenas refira – “*ab Oriente per illum fonte*”, não mencionando o nome da dita *fonte*. Segundo Almeida Fernandes (Ob. Cit.:76) o topónimo *Secelea*, desaparecido entretanto, evoluiu para S. José (*Sezea – Sezé*), existindo no local uma ermida com invocação a este santo. Como referimos anteriormente a nascente aqui indicada, denominada de *fonte*, é o actual Corgo do Pinheiro, Fraga ou Frágua que inicia o seu percurso a cerca de 800 m a Este da povoação de Pinheiro e se une, no mosteiro, ao Corgo da Aveleira ou da Cerca.

Continuando o percurso, o limite seguinte é a estrada de Paredes Secas, topónimo também desaparecido e que Almeida Fernandes (Ob. Cit.:76) julga tratar-se de uma “velha via de Mondim para Alvite”, sendo este local situado próximo de Alvite, apesar de nas notas finais da sua publicação *Acção dos Cistercienses de Tarouca* (Ob. Cit.:337-338) refutar esta sua interpretação afirmando que Pare-

des Secas se deverá situar entre Sanfins e Pinheiro, colocando a hipótese deste topónimo se referir directamente aos “muros do castro”¹⁵ que faz fronteira entre a freguesia de Mondim da Beira e lugar de Sanfins. Por nossa parte, e como iremos explorar detalhadamente mais à frente, a estrada a que a carta de couto se refere é uma via que passa próxima do Castro de Mondim, fazendo a ligação entre Sanfins (unindo-se à via Lamego – Moimenta da Beira) e Alvite, seguindo para a zona de Vila Nova de Paiva. O topónimo Paredes Secas¹⁶, e como é opinião de Almeida Fernandes (Ob. Cit.:337), parece situar-se próximo de Sanfins, concluindo-se que a *estrada de Paredes Secas* marcaria a continuação do limite Este.

“Conforme correm as águas do monte do Souto Redondo e conforme divide com Vila Chã, água corrente para o couto”, este limite deve corresponder às cumeadas dos actuais Quintiã e da Cascalheira, onde a Sul está implantada Vila Chã, ficando já fora do couto monástico. O monte de Souto Redondo no entender de Almeida Fernandes (Ob. Cit.:77) corresponde a uma área situada a Sul do mosteiro e que agrupava o Quintiã e a Cascalheira. As *aquae* referidas são umas pequenas linhas de água que nascem nestes cumes e correm em direcção ao mosteiro.

O limite seguinte é a foz de *Tranvita*¹⁷, apelidada de foz a união entre o rio Varosa e o rio Trabuita que nasce na Serra de Leomil. O topónimo *Tranvita* ou *Travuita* ainda existe no local sob a forma de Trabuita, no entanto Almeida Fernandes (1993:390) ignora o seu significado, referindo que é composto

¹³ Utilizámos a tradução presente na obra de Maria Alegria Marques (1998:68) que foi retirada da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 27, p. 498-500.

¹⁴ Publicada por Maria Alegria Marques (1998:68) que por sua vez se apoiou na edição de 1856 do *Portugalia Monumenta Histórica. Scriptores*, p. 88-90, sendo a transcrição da autoria de Fr. António Brandão, publicada pela primeira vez em 1632 e incluída na obra *Monarquia Lusitana*, volume III, fls. 284-285v.

¹⁵ Refere-se ao Castro de Sanfins ou de Mondim. Existe, ainda hoje, uma confusão entre a denominação deste castro. Leite de Vasconcelos (1933:15), o Ab. Vasco Moreira (1924:28), Almeida Fernandes (1976:337) e a base de dados Endovelico, da responsabilidade do I.P.A. (CNS n.º 1711), atribuem a designação de Mondim, embora a população residente em Sanfins e as próprias placas explicativas, situadas junto à estrada, o designem por Sanfins. Isto deve-se ao facto de parte do povoado se encontrar no concelho de Tarouca, freguesia de Mondim da Beira, e outra parte no concelho de Moimenta da Beira, freguesia de Passô, lugar de Sanfins. Aqui iremos utilizar a designação mais corrente: Castro de Mondim.

¹⁶ Encontramos no *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, de Fr. Baltasar dos Reis (2002:179) um documento de 1287 onde aparece: “*dous casaes junto do lugar de Samfins em Paredes Sequas*”.

¹⁷ Almeida Fernandes (1976:77) transcreve *Travuita*.

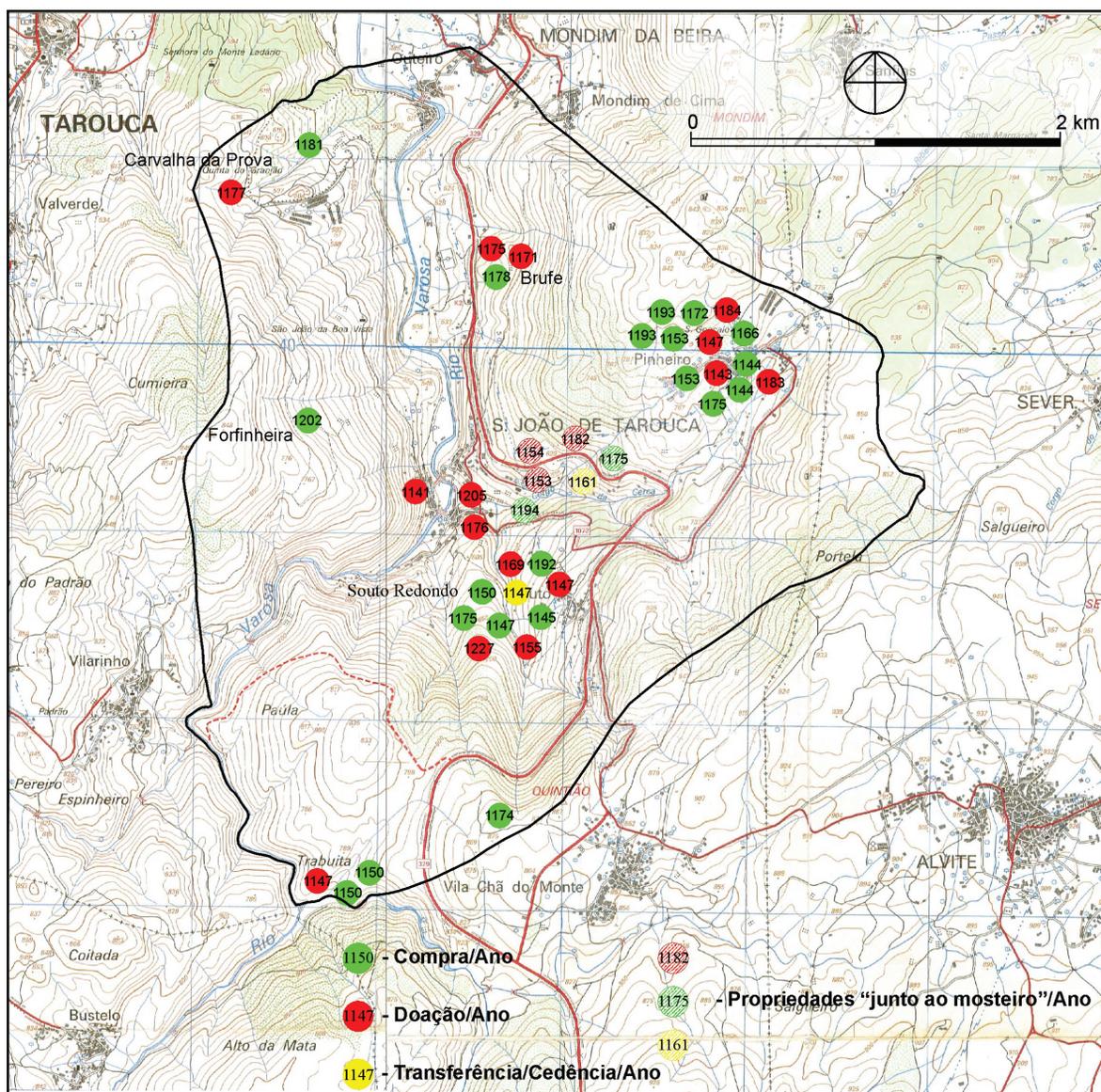


Figura 5 - Propriedades dentro do couro monástico de S. João de Tarouca (A. S. Castro).

por dois elementos pré-romanos: *trav(a)* e *uita*. Neste limite é transposto o rio Varosa, seguindo para Oeste “pelo cume do monte *Fifineira* e pelo Carvalho da Prova”. *Fifineira* como se encontra na edição publicada por Alegria Marques (1998:68) ou *Fofineira* como é transcrito por Almeida Fernandes (1976:78) não se encontra na toponímia actual. Este autor atribui o monte *Fofineira* e o sítio do Carvalho da Prova ao mesmo local: o actual monte Ladário (Fernandes, 1993:120 e 201), na publicação *Acção dos Cistercienses de Tarouca* não é explícito quanto ao primeiro e relativamente ao segundo localiza-

o no sítio indicado (Fernandes, 1976:78). Julgamos que, pela disposição em que aparece na carta de couro – refere-se primeiro ao cume do monte *Fifineira* ou *Fofineira* e só em seguida ao Carvalho da Prova – demonstrando que o limite continuava pelo monte e em seguida passava pelo Carvalho da Prova. Assim propomos a localização do referido monte na actual Cumeeira ou Monte Corvo, se aceitarmos a limitação do Carvalho da Prova no existente monte Ladário. A reforçar esta localização existe um documento que refere: “*termino de Tarouca in loco qui dicitur Carvalia de Prova super*

vinea de Grangion” (PMH/I¹⁸, doc. n.º 1077), sendo Granjão uma das granjas pertencentes ao mosteiro e localizada a Sudeste do monte Ladário.

Por fim os limites Norte e Nordeste são referidos nos seguintes termos: “daí, por onde entra o fontão no Barosa e, daí, pelo outeiro da Armada; e daí pelo monte de Pinheiro, até à fonte onde principiamos”. Pensamos que a primeira referência diz respeito à transposição do rio Varosa, o termo *fontão* é referente, toponimicamente, a uma pequena linha de água, existindo em Mondim da Beira duas, ambas situadas na margem esquerda do rio. Se anteriormente traçamos o limite pelo monte Ladário, então é mais lógico a escolha da linha de água mais a

Norte, como é indicado na fig. 4. O topónimo “Outeiro da Armada” não persistiu até aos dias de hoje, podemos entreve-lo, talvez, no lugar onde actualmente ainda se denomina de Outeiro. Por último desenhamos a linha correspondente à etapa final pelo cume do monte que se encontra a Noroeste da localidade do Pinheiro (monte de Pinheiro), uma vez que como verificamos os limites são, regra geral, estabelecidos pelas cumeeiras.

Tendo por base o couto inicial, verificamos que nos anos seguintes à carta de couto o mosteiro obtém, através de compras e doações, várias propriedades dentro do seu limite, como se mostra na fig. 5.

As três primeiras granjas¹⁹ dentro do couto primitivo são S. Salvador ou Quinta do Granjão²⁰, Souto Redondo e Brufe. Os terrenos pertencentes à primeira foram adquiridos pelo mosteiro em 1181, a Pedro Pais por três soldos (LDT, n.º 285) e possivelmente logo explorados²¹, pois num documento de 1212 (LDT, n.º 225) faz-se referência a “*Petrus Ordonii erat grangiarus in grangia Sancti Salvatoris*”.

Souto Redondo, como é referido na carta de couto, situa-se a Sul do mosteiro. Hoje em dia a área é ocu-

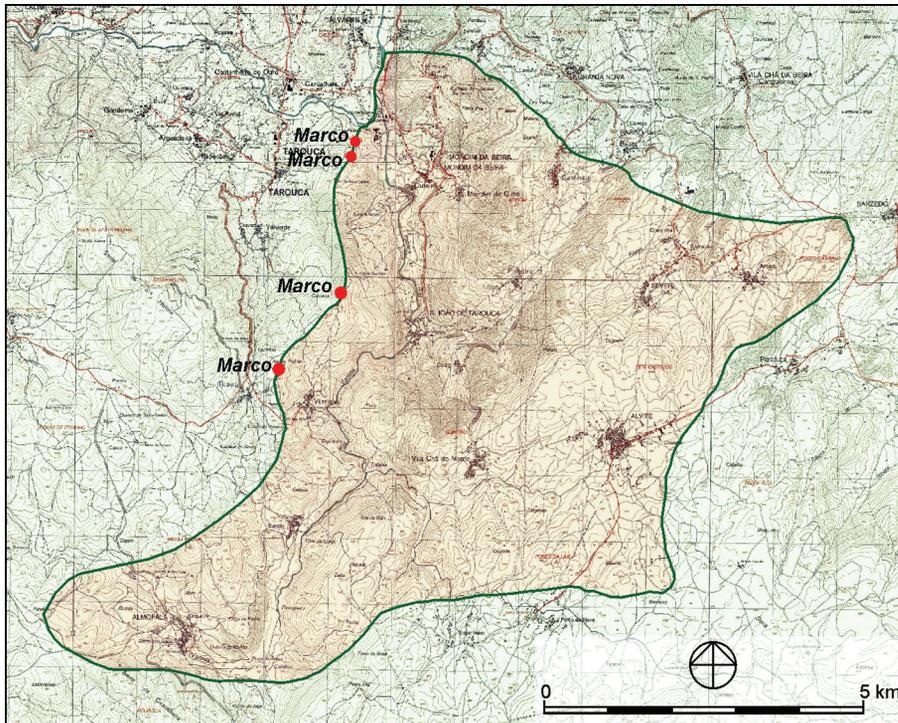


Figura 6 - Couto monástico de século XIII, com indicação dos marcos que o delimitam (A. S. Castro).

¹⁸ PMH/I: *Portugaliae Monumenta Historica/Inquiriciones*.

¹⁹ As granjas cistercienses são unidades de exploração agro-pecuária, cultivadas sobretudo por conversos sujeitos a um *magister grangiarum*. Estas unidades eram cercadas e tinham dependências para uso agrícola, como é o caso da Quinta do Granjão ainda hoje explorada por privados.

²⁰ S. Salvador era o nome primitivo da actual Quinta do Granjão. Segundo Almeida Fernandes (1976:92) S. Salvador advinha de um templo existente neste local e trasladado, após a implantação da granja, para uma outra vertente do monte, actualmente a capela da Senhora do Monte Ladário.

²¹ Provavelmente este local já era explorado pelo antigo proprietário, localizado junto ao rio tendo terrenos muito férteis, sendo um dos motivos para a compra desta propriedade por parte dos cistercienses.

pada por terrenos agrícolas e por uma pequena povoação denominada de Couto. De facto, é ainda visível no terreno um troço da sua cerca, aliada à documentação que refere várias compras e doações nesta zona, revelando a existência de uma granja, bem como o seu desenvolvimento para uma povoação, dependente do mosteiro. A granja de Brufe²², situada entre o mosteiro e Mondim, está documentada em 1171 “*heriditate nostra quam habemus iusta grangiam vestram de Berufi*” (LDT, n.º 228). Verificamos, assim, que as granjas situadas dentro do couto primitivo foram organizadas na segunda metade de século XII, estabelecendo-se em terrenos muito férteis ainda hoje utilizados para fins agrícolas.

O couto do Mosteiro de S. João de Tarouca foi ampliado na segunda metade de século XIII (Fernandes, 1976:80). Os seus limites abarcavam as povoações de Mondim da Beira, Vilarinho, Almofala, Vila Chã do Monte, Alvite, Sever, Arcas e Sanfins, sendo enormemente aumentado em relação ao anterior. Encontramos ainda a presença de quatro marcos de limite deste couto, situados no alto do Padrão, na Cumeeira e dois entre o Monte Ladário e a Qt.ª de Paradela.

A aquisição de bens em Mondim iniciou-se em 1174 com um escambo pelas “herdades” na Moita, Vale Trigal, Ameal, Lajes e Infesta de Mondim (LDT, n.º 271), tendo tido lugar nos anos seguintes uma série de compras e doações nesta zona, apesar de existir um documento de 1167, onde não sendo especificado o local da doação mas somente Mondim, um sacerdote doa ao mosteiro “*quartam partem hereditatis mee quam comparavi et unam casam et unam cubam*” (LDT, n.º 260). É durante o reinado de D. Sancho II que a coroa cede as suas propriedades em Mondim ao mosteiro, mas só as Inquirições de 1288 referem-no como parte integrante do couto monástico (Ob. Cit.:101). Apesar de não existirem referências directas a uma granja em Mondim, Almeida Fernandes (Ob. Cit.:100) afirma a sua presença, baseado num documento sem data, mas ao qual atribui o ano de 1175, onde é mencionado o “*cellarium*” do mosteiro em Mondim. Certo é a existência de uma granja na

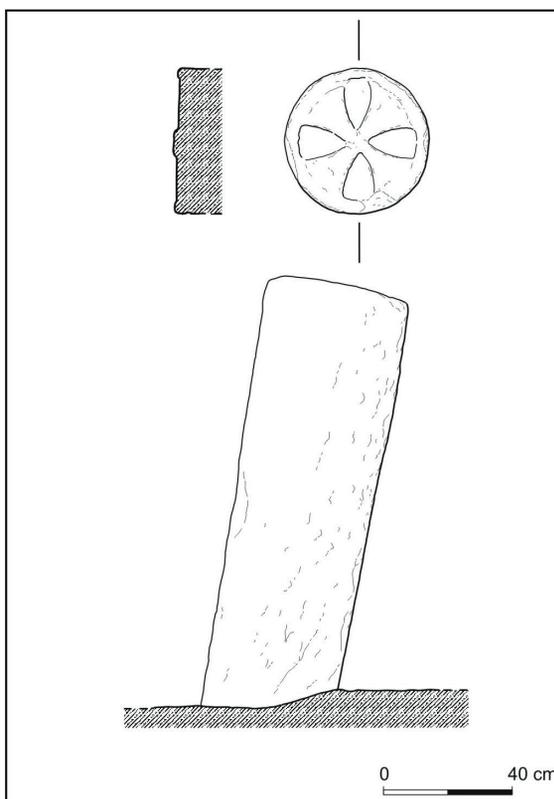


Figura 7 - Marco de limite do couto monástico, século XIII (H. Pereira).

pequena povoação de Almodafa que pertencia, pelo menos na segunda metade de século XIII, ao couto (Ob. Cit.:103-104).

Em 1151 encontramos já a doação de parte de um casal em Vilarinho (LDT, n.º 245), mas é em 1221

²² O topónimo Brufe não consta da CMP, embora ainda seja usado pela população local.

que o mosteiro afora todos os seus bens nesta localidade a Palaiol e sua mulher (LDT, n.º 243). O documento mais relevante referente a Vilarinho é a carta de foral, passada pelo mosteiro, de 1236 a doze colóns da *villa* de Vilarinho, onde consta o seu término: “*per terminos nominatos videlicet quomodo dividit cum Almafala per portela de Raigadas et inter Vulpelos et Aguieira et sursum pela Cumeeira et tendit ad paredeiros de Aqua Levada et inde ad monte de Airoas et vadi Teixelo ad Carvallal Benefactum et ad Petra de Abotefa et ad Nidum Aquile et inde ad Cimam de Fernando Diaz et totam ribeiram de Travuita*” (LDT, n.º 236). O limite passa pela divisão com Almofala, portela de Reigadas, entre Gulpelhos²³ e Aguieira, Cumeeira, Água Levada, Monte Eirós²⁴, Teixelo, Carvalhal Benfeito, Penedos de Arotefe²⁵, Ninho de Águias e ribeira de Trabuita, a maioria destes topónimos já não existem, assim não conseguimos traçar um limite preciso do término de Vilarinho.

Vila Chã do Monte deve ter sido dos primeiros locais a ter passado para o domínio do mosteiro (Ob. Cit.: 81) após a instituição do seu couto inicial. De facto encontra-se um documento relativo a esta localidade, datado de 1141, referente a uma doação (LDT, n.º 277), sendo que em 1174 a compra, por parte do mosteiro, de uma herdade “*vendimus vobis ipsam hereditatem (...) et accepimus a vobis in pretium .XX. morabitos et unam pellem de ovibus ad opus vestiendi*” refere Vila Chã como “*in vestro couto*” (LDT, n.º 278).

O caso de Sanfins não nos afigura muito claro, pois apesar de na ampliação do couto surgir como pertencente ao mosteiro, não conseguimos precisar a data da sua incorporação ou pelo menos uma aproximação. Temos apenas quatro documentos que se referem a Sanfins: um de 1147, doação de um noval (LDT, n.º 282) e os restantes de 1243, compra de duas herdades e um casal (LDT, n.º 372 a 374). Podemos colocar a hipótese da sua inclusão no couto, parale-

lamente a Sever e Arcas, mas apenas por se localizar nas proximidades.

Em Almofala, que posteriormente se integrou no couto ampliado, existia uma granja monástica, comprovada por confirmação papal em 1163 (Ob. Cit.:105). O interesse do mosteiro nesta área devia ser elevado, pois num documento de 1143 escamba uma propriedade dentro do seu couto por uma herdade nesta zona (LDT, n.º 231). Os restantes documentos elaborados ao longo da segunda metade de século XII dizem respeito a doações e compras de herdades e um noval. A existência do topónimo granja a Noroeste da actual povoação é indicador da presença monástica na área, embora actualmente não existam vestígios materiais à superfície, somente a presença de alguma cerâmica de construção bastante rolada²⁶. É então provável que a granja de Almofala se localizasse neste sítio, como referem as inquirições de 1335: “*a pobra do dicto logo da Almafala foi primeiramente posta em o logo que chamam a Granja Velha, e este logo hu ora está a Almafala...e o dicto moesteiro se meteu no dicto logo da Almafala e fez casaes*” (Ob. Cit.:105). Analisando este documento conclui-se que a granja primitiva do mosteiro terá sido abandonada em favor da povoação de Almofala, não sendo as razões desta transferência claras, embora seja possível a existência de Almofala antes da chegada dos monges (Ob. Cit.:104).

O caso de Alvite é delicado, uma vez que na opinião de Almeida Fernandes a localização de uma antiga granja e povoação seria em Paredes Secas transferindo-se, do século XII para XIII para Alvite e incluída no couto ampliado (Ob. Cit.:107). Como já referimos anteriormente este autor acaba por admitir que Paredes Secas se localizava próximo de Sanfins, não sendo de todo verosímil, no nosso entender, a indicação da sua deslocação e inclusão em Alvite, visto que se situa a cerca de 3 km, ficando muito mais próxima de Sanfins ou de Mondim. De facto o autor não apresenta provas credíveis para

²³ Vulpelos evoluiu para Gulpelhos (Fernandes, 1993:227).

²⁴ O monte Eirós corresponde ao actual Serra de Sta. Helena, sobranceira a Tarouca (Fernandes, 1993:185).

²⁵ *Petra de Abotefa* (Fernandes, 1993:300).

²⁶ A área a cerca de 100 m a Nordeste deste local é ainda cultivada, localizando-se em terrenos bastante irrigados pela presença próxima do rio Varosa e de algumas linhas de água suas afluentes.

as suas suposições. Tentemos então decompor esta situação. Em primeiro lugar temos as seguintes referências a Paredes Secas: na carta de couto “*per illam stradam de Paredes Siccas*”; num documento de 1141 em que Afonso Peres doa ao mosteiro “*hereditate mea propria quam habeo in Villa Plana et in Paredes Siccas quomodo dividit cum Rodrigo Alvitiz*”; um documento de 1287 que refere “*dous casaes junto do lugar de Samfins em Paredes Sequas*”. Em segundo lugar temos as ilações de Almeida Fernandes relativamente ao despovoamento de Paredes Secas e sua passagem para Alvite. Baseando-nos na documentação, parece certo que a localização de Paredes Secas seria nas proximidades de Sanfins, sendo então incoerente a sua incorporação em Alvite, como expusemos anteriormente. A inexistência actual do topónimo, sua memória ou identificação nos registos prediais poderá significar que a povoação Paredes Secas²⁷ terá desaparecido em época recuada, não restando qualquer reminiscência do topónimo ou local. A existência de uma granja em Alvite está documentada na confirmação papal de 1163, não restando qualquer dúvida da sua agregação ao couto monástico. Almeida Fernandes (1976:107) também menciona que “alguns antiquários afirmam que D. Afonso Henriques doou Alvite ao mosteiro em 1160”, não existindo, contudo, qualquer prova documental.

Por último temos o caso de Sever e Arcas que também foram incluídos no couto ampliado. A presença dos cistercienses de S. João de Tarouca na povoação de Sever faz-se a partir de 1166 com a doação de um casal (LDT, n.º 345). A partir desta data sucedem-se as compras e doações até, pelo menos 1216. O lento povoamento cisterciense desta área explica-se pelo facto de Sever estar coutado a Mem Moniz (irmão de Egas Moniz), sendo uma das figuras mais proeminentes da região, havendo também nos seus termos propriedades pertencentes a nobres, cavaleiros-fidalgos e proprietários livres (Ob. Cit.:108). Segundo Almeida Fernandes (Ob. Cit.:114) Sever passou totalmente para o domínio do mosteiro após 1286, aquando da morte

de Pedro Anes, sepultado em S. João de Tarouca. Possivelmente, antes da compra de propriedades em Sever pelo mosteiro, existiria já uma granja monástica no local da Granjinha, a cerca de 1 km a Norte da povoação, ficando anexada a Sever aquando do alargamento do couto.

Segundo a documentação, Arcas era couto do mosteiro pelo menos em 1153, como se comprova pela compra de uma herdade datada de 11 de Abril: *in vestro couto de Archas* (LDT, n.º 369). A posse de bens neste local prolonga-se pela segunda metade do século XII, sendo mencionado num documento de 1229 a *granja de Archas* (LDT, n.º 379). Almeida Fernandes (Ob. Cit.: 117) refere ainda que o coutamento de Arcas ocorreu em 1151 a Mem Moniz e que posteriormente foi escambado com o mosteiro por bens em Sever.

Estes são os locais, inseridos dentro do couto, onde existiram granjas monásticas, contribuindo para o seu desenvolvimento e dinamização económica de base agrícola.

O mosteiro deteve outras granjas de grande importância em locais mais afastados do seu núcleo, como são os casos de Serra (Tarouca), Cerdeira (Vila Nova de Paiva), Leomil (Moimenta da Beira), Alvelos, Figueira e Mosteirô (Lamego), Ovadas e Nogueira (Resende), Covelinhas (Régua) e Oliveira (Mesão Frio).

Para além destas granjas a nível regional, existem outras que desempenharam um papel de suma importância no contexto do desenvolvimento económico monástico, nomeadamente no Porto, Aveiro, Sever do Vouga, Trancoso, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Guarda, Vila Nova de Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo.

2.3.1. Produção

Os produtos agrícolas produzidos nas propriedades monásticas são variados, apontando-nos para uma exploração extensiva e intensiva com intuítos comerciais. Dentro do couto monástico e suas imediações

²⁷ Referimos a existência de uma povoação, pois como indica a carta de couto *stradam de Paredes Siccas* significará que, nesse momento, Paredes Secas deveria ter alguma importância como local.

apenas encontramos a referência directa a vinhas em 1147 e 1175 (LDT, n.º 280 e 296). Nas restantes propriedades que figuram na documentação, encontramos frequentemente a alusão a vinha, a lagar, a cuba e a tina, reportando-se sem dúvida à produção de vinho. Verificamos também a sua presença na região lamecense durante o século XVI, comercializando-se com o Porto, Lisboa, Aveiro, Minho, Ilhas e Castela (Fernandes, 1948:22)²⁸, documentando-se inúmeros lagares nesta área (Costa, 1977:376-377). Rui Fernandes (1948:43) também menciona a granja de Mosteirô, pertencente ao cenóbio de Tarouca, como produzindo em cada ano 15 a 16 almudes de vinho. Iria Gonçalves (2004:373) refere igualmente a vinha como uma das principais culturas existentes nas granjas alcobacenses dos séculos XIV e XV, associada a oliveiras, figueiras e várias árvores de fruto (Gonçalves, 1989:82-94).

Outro dos produtos mais importantes neste período e estando presente, diariamente, na dieta monástica, são os cereais. Embora só ocorram duas indicações directas a searas (LDT, n.º 111, 436), os cereais fariam parte das produções monásticas. No documento n.º 322 (LDT), relativo a um acordo entre o mosteiro e Pedro Alhais, lê-se: “*modium de pane medium in centeno et medium in milio*”. Em Lamego há a notícia de produção de trigo, centeio e milho painço no século XVI, produzindo-se cerca de 592.500 alqueires de pão por ano (Fernandes, 1948:20). É também de assinalar a produção de trigo, cevada e milho (miúdo ou alvo e painço) nas terras de Alcobaça durante os séculos XIV-XV (Gonçalves, 2000:22). Outra das informações a retirar da documentação é a presença de inúmeros moinhos nas propriedades monásticas pertencentes ao mosteiro tarouquense, sendo também clara a sua existência junto à área monástica²⁹. Próximo aos mosteiros cistercienses encontram-se frequentemente moinhos, como são os casos, ainda bem preservados, de Fontenay ou de Villers-la-Ville.

Surgem também referências a castanheiros, cerejeiras, figueiras, oliveiras e carvalhos que sendo

culturas extensivas adequam-se às propriedades monásticas de grandes dimensões. Rui Fernandes (1948:23) descreve a produção de castanha na região lamecense no século XVI, referindo uma colheita de 476.600 alqueires ano, sendo que parte se seca, outra é picada e destinada a Lisboa, Algarve e Ilhas. Outro dos produtos comercializados é o azeite, vendido no Minho, Trás-os-Montes, Galiza e Beira, sendo referido, para Lamego, a existência de 42 lagares (Ob. Cit.:24).

Nas granjas situadas junto à costa (Sta. Eulália e Aveiro) encontramos a exploração de salinas. Sendo um produto de importância extrema durante toda a Idade Média, o mosteiro tentou adquirir, através da compra e de doações, propriedades que produzissem sal, em grande parte destinado, provavelmente, à venda. Outro produto proveniente destas granjas era o pescado, que também podemos encontrar na referência a duas compras e uma doação de uma pesqueira, situada no lugar da Derreada, concelho de Cinfães, junto ao Douro (LDT, n.º 15, 21, 29).

A posse de propriedades junto ao mar e ao rio estava intimamente relacionada com a obtenção directa de peixe e sal. Como indica José Mattoso *et al.* (1985:232), o consumo de peixe era exigido pelas prescrições da ordem cisterciense, devido aos grandes períodos de abstinência. Este mesmo autor refere ainda que as propriedades eclesiásticas situadas no litoral tinham este propósito, podendo-se definir uma série de caminhos terrestres, com a orientação Sul-Norte e Oeste-Nordeste, utilizando também a via fluvial para o transporte de mercadorias mais pesadas, visto os estabelecimentos religiosos se situarem no interior (Ob. Cit.:235). Em Alcobaça, para os séculos XIV e XV, encontramos a pesca na lagoa da Pederneira e na concha de S. Martinho, complementando com a extracção de sal empregue na conservação do peixe (Gonçalves, 1989:21). Já em 1531 Rui Fernandes (1948:47) escreve que em Lamego existem 100 almocreves inscritos na Câmara, trazendo para a cidade, a partir do Porto, Matosinhos, Galiza e Aveiro, pescada fres-

²⁸ Rui Fernandes escreveu uma descrição de Lamego e arredores em 1531, sendo publicada em 1948 por Augusto Dias.

²⁹ Ainda hoje nas suas proximidades podem ser observados vários moinhos abandonados junto ao rio Varosa.

ca e seca, ruivos, robalos, congros, raias, cações, toninha, linguados, solhas, badejos e marisco (mexilhão, caranguejo e berbigão).

Relativamente à carne temos a indicação, no LDT, de carneiros, ovelhas, cabritos, porcos e bois, isto no que respeita ao pagamento de rendas de propriedades mais próximas do mosteiro, enquanto que nas restantes era preferido o pagamento em moeda, cereal, vinho e bragal. Rui Fernandes (Ob. Cit.:48) apenas menciona, para a cidade de Lamego, o boi, o carneiro e o porco.

Por último refere-se a existência de duas doações, em 1182 e 1187, de uma forja e de “*illo monte unde ferrum exit*” em Moledo, Castro Daire (LDT, n.º 336 e 337). As forjas aparecem, noutros casos, junto à área monástica, como em Fontenay, utilizada, basicamente, para a manufatura de instrumentos agrícolas.

3. As vias

A classificação e distinção entre as vias romanas e vias medievais comporta um grande grau de dificuldade para o investigador. A rede viária romana perdurou, mesmo em más condições físicas, durante o domínio dos reinos suevo e visigótico, não se verificando grandes alterações ao nível do povoamento existente, baseando-se o desenvolvimento da organização eclesiástica Alto-medieval nas estruturas administrativas do Baixo-império (Mantas, 1996:449-450). De facto observamos que Lamego, citando o exemplo mais próximo da nossa área geográfica, com ocupação romana comprovada, capital dos *Coilarni* (Alarcão, 2004:333), surge, durante o domínio suevo, como diocese³⁰, sendo também, no final de século VII, sede episcopal.

Durante a ocupação muçulmana pode ter desempenhado um papel importante na defesa de uma das linhas mais a Norte. Segundo Cláudio Torres e



Figura 8 - Percursos propostos por Mário Saa (1963: 347-348).

Santiago Macias (1998:39 e 60), na zona da alcova, ainda restam vestígios da muralha muçulmana, datada do século IX/X.

É a partir do século XII que verificamos as maiores modificações na rede viária tradicional, com o desenvolvimento de uma complicada teia de caminhos, uns de construção bem cuidada, servindo as principais povoações, e outros de ligação entre aglo-

³⁰ Lamego era composta pelas seguintes paróquias: Lamego, Tarouca, Arauca, Cantabriano, Omnia e Tamianos (Fernandes, 1997: 104).

merados de pequenas dimensões ou entre espaços agrícolas, sendo predominantemente constituídos por um simples caminho em terra batida. A construção de novos traçados viários implicou não só o aproveitamento de alguns troços já existentes, remodelando-os, mas também a edificação de novas passagens fluviais e caminhos que serviam um território mais povoado e baseando-se, essencialmente, no aspecto económico.

Neste contexto as comunidades monásticas tiveram um papel preponderante, como é o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. Como nota José Mattoso (1997:118-119) os eremitas procuravam lugares ermos, embora nas proximidades de estradas ou pequenos núcleos habitacionais. O mosteiro em estudo, como referido anteriormente, implantou-se nas imediações de um pequeno aglomerado populacional, não sendo de estranhar a sua localização nas cercanias de alguma via de ligação regional ou nacional, como é o caso de Clairvaux que se situa a cerca de 1 km da via de Agripa (entre Lyon e Reims), de Cîteaux a cerca de 5 km da estrada ducal (Vougue-Saint Bernard) e de Morimond, com acesso directo à estrada entre Damblain e Fresnoy.

Como consequência da implantação e exploração de tão vastas propriedades, o mosteiro estabeleceu uma rede de caminhos de forma a possibilitar a circulação de mercadorias e pessoas entre as suas propriedades e para fora delas, em contexto local, regional ou nacional³¹.

A partir deste ponto torna-se fulcral conseguir distinguir as vias já existentes antes da implantação monástica e aquelas estabelecidas no período medieval pela comunidade cisterciense e pela sociedade civil.

Um dos maiores problemas que persiste na investigação viária é a atribuição de cronologia. Vasco Mantas (1996:25) descreve

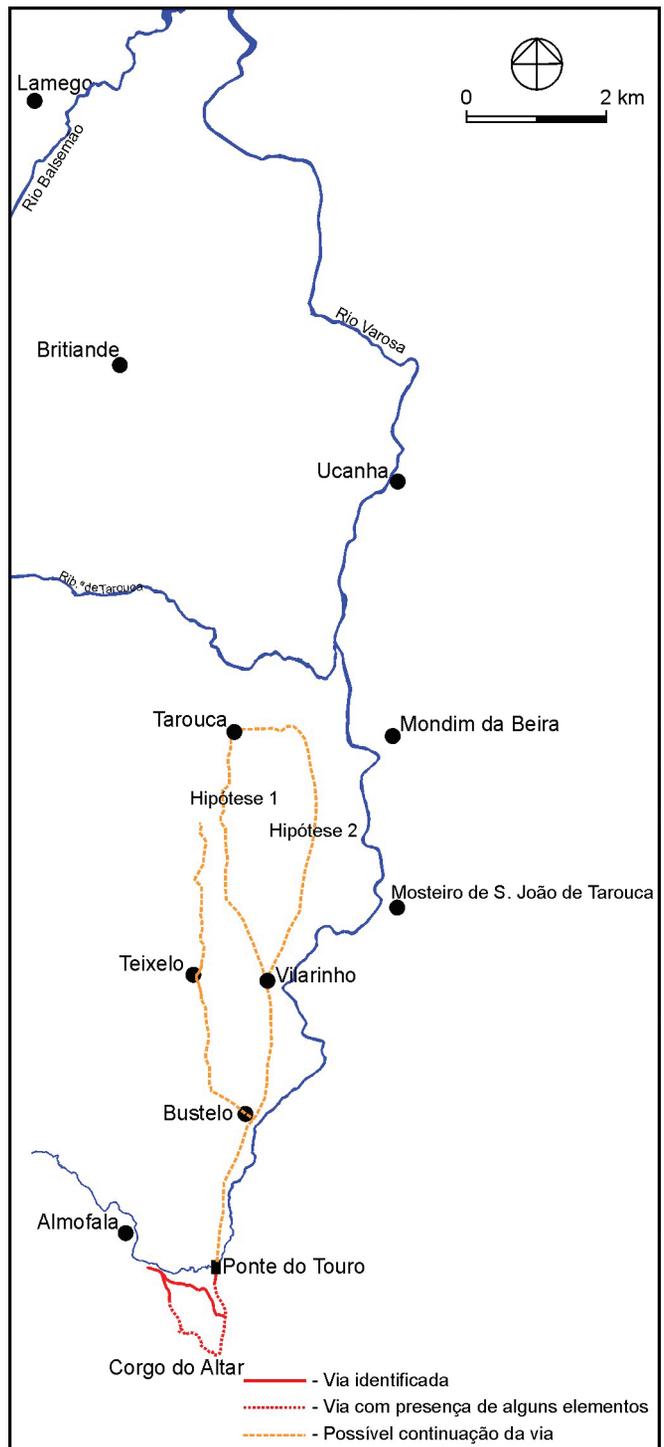


Figura 9 - Vias identificadas na área em estudo (A. S. Castro).

³¹ A rede viária implantada pelo mosteiro de Alcobaça é disso exemplo (Gonçalves, 2004: 371-372).



Figura 10 - Troço de via junto à ponte do Touro (A. S. Castro).

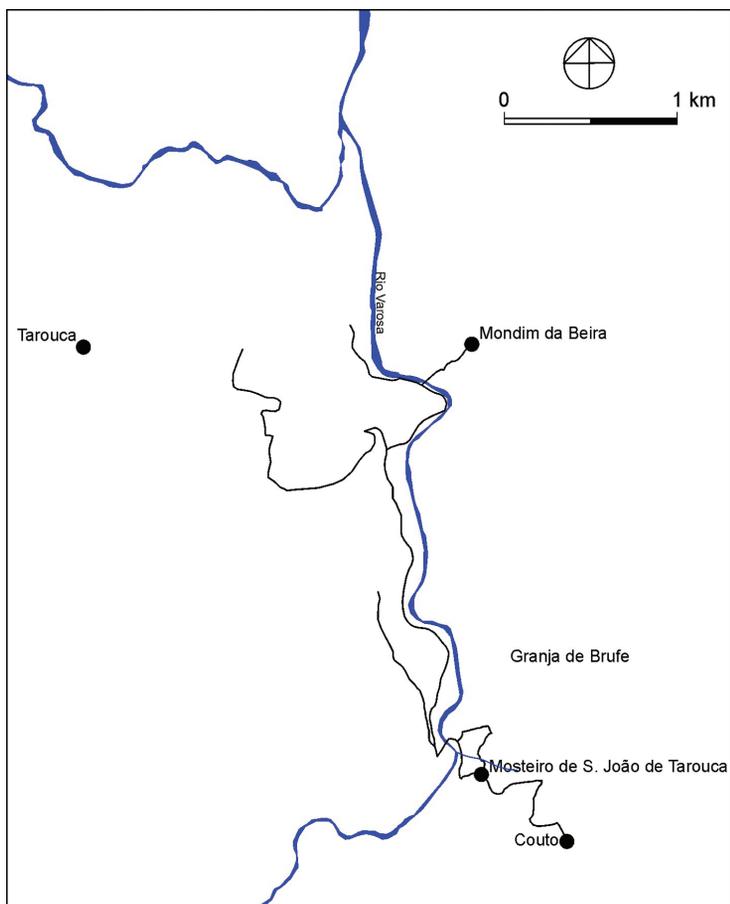


Figura 11 - Vias identificadas nas proximidades do Mosteiro de S. João de Tarouca (A. S. Castro).

esta problemática relativamente às vias romanas: “A designação de romana atribuída a uma ponte ou a uma calçada deve ser considerada cautelosamente,

tanto mais que a designação tradicional na maior parte do nosso país relaciona tudo o que tem um certo ar de antiguidade com os Mouros (...) Assim, a existência de uma estrada lajedada, (...), não justifica a sua classificação como romana”. É de sublinhar o facto de a maioria das estradas romanas ter sido absorvida pelos caminhos medievais, que as alteraram em termos construtivos, refazendo os traçados em determinados pontos.

O mesmo autor menciona que uma das características mais particulares dos caminhos medievais é a existência de uma “fiada central, de que partiam fiadas perpendiculares ou em espinha de peixe” (Ob. Cit.:496), referindo que um dos elementos a ter em conta para a distinção entre as vias romanas e medievais, para além da maior dimensão dos blocos destas últimas, é o perfil abaulado das primeiras, enquanto que as medievais apresentam uma maior horizontalidade (Ob. Cit.:497). De facto, as maiores dificuldades com que nos deparamos, é a definição, com base numa primeira análise construtiva, do enquadramento cronológico da rede viária descrita.

Mário Saa na obra *As grandes vias da Lusitânia* (1963:347-348) refere a presença de uma grande via entre Viseu e Lamego com o seguinte percurso: Mões, Vale Velho, Pendilhe, Almofala, Tarouca, Britiande e Lamego. Paralelamente a esta, com a designação de estrada dos almocreves, existia um atalho com o seguinte trajecto: Carvalhal dos Mouros, Capadoiro, Igreja da Côta, Zonho, Covelo de Paiva, Vila Cova à Coelheira, Teixelo, onde se juntava à estrada romana. Jorge de Alarcão (1988:54)

referencia o aparecimento de um miliário no Alto do Padrão, junto a Teixelo, embora neste local apenas exista um marco do couto do Mosteiro de S.

João de Tarouca. A via que identificamos junto à ponte do Touro poderá pertencer à estrada romana Viseu – Lamego, ligando as duas capitais de *civitates*. A sua continuação para Norte é meramente conjectural, uma vez que não encontramos vestígios físicos da sua presença. Analisando a fotografia aérea e a CMP podemos traça-la até Vilarinho, passando por Bustelo, acompanhando o rio Varosa. Sabemos que Vilarinho já existia antes do estabelecimento cisterciense de Tarouca, como prova a documentação do LDT. A partir deste ponto propomos duas hipóteses: seguindo para Valverde e Tarouca ou pelo cume da Cumieira, S. João Baptista, Monte Ladário, Castanheiro do Ouro, seguindo para Lamego Não encontramos mais informações para esta zona respeitantes à presença de calçadas romanas.

Detectamos a presença de mais três vias na área de Almofala e Teixelo. A primeira, de possível filiação medieval, liga a Corgo do Altar, unindo-se à via romana nesta zona, continuando para Almofala, topónimo de origem árabe que designa aldeia (Fernandes, 1993:44). A segunda, a qual optamos por distinguir da anterior por razões construtivas, deve reportar-se a uma época mais tardia, talvez pertencente já à Época Moderna, podendo ser uma remodelação da anterior. A granja pertencente ao mosteiro, junto de Almofala, deveria ter uma via de ligação ao cenóbio, que podia passar em Almofala, seguindo pelo pontão do rio Varosa, unindo-se à via romana junto à ponte do Touro. Chegada a Vilarinho, continuava pela hipótese da Cumieira ou atravessava o Varosa seguindo para Vila Chã do Monte e S. João de Tarouca (hipótese mais aceitável, pois a topografia é menos acentuada). A via de Teixelo pode ser identificada como a estrada dos almocreves descrita por Mário Saa, ligando Lamego a Viseu por um tra-



Figura 12 - Via identificada na carta de couto de 1140 (A. S. Castro).

jecto mais curto e com menos acidentes topográficos, unindo-se com a via romana em Bustelo. A sua cronologia é imprecisa, contudo no que se refere à construção podemos apontar, com as devidas reservas, para o período medieval.

Nas proximidades do mosteiro localizamos três vias, a calçada que parte do mosteiro para a actual povoação do Couto, antiga granja de Souto Redondo, não conseguindo enquadrá-la cronologicamente, e as vias que se desenvolvem para Mondim da Beira e Tarouca. É possível a existência de uma outra via que ligava a granja de Brufe ao mosteiro, fazendo a travessia do Corgo através de uma pequena ponte em madeira, sendo substituída no século XVIII pela actual.

A Este do mosteiro localizava-se uma via, identificada na carta de couto de 1140 como estrada de Paredes Secas e ligando para Sul, hipoteticamente, à zona de Vila Nova de Paiva e a Norte a Sanfins (hagiotopónimo antigo de origem *Sancto Fiiz*) e à “estrada real” que ligava Lamego a

Moimenta da Beira (Vasconcelos, 1933:151). Colocamos a hipótese desta via (Lamego – Moimenta) ter uma filiação romana. Segundo Jorge de Alarcão (2004:333) existiria uma estrada romana que vinda de Marialva passava na Quinta da Lagoa, Rua, Aldeia de Nacomba, Beira Valente, bifurcando-se, neste ponto, para Lamego. O seu traçado depois desta última localidade é impreciso, por nossa parte pensamos que esta via será a posterior “estrada real” ou de macadame, passando pela Granja Nova, actual E.N. 226, transpondo o Varosa em Ucanha³². A ponte desta localidade é medieval, o que não invalida a hipótese da existência de uma anterior. Registamos também a presença de calçadas nas proximidades da ponte de Ucanha, apesar de, cronologicamente, nos parecer mais tardia, podendo ser uma remodelação.

Verificamos assim a existência na época medie-

val do aproveitamento de vias que identificamos, com as devidas reservas, como romanas, sendo também traçados novos caminhos de serventia às propriedades monásticas para o transporte de bens e pessoas.

Por último referimos uma das vias mais utilizadas nesta região para o transporte e comércio de mercadorias à escala nacional: o rio Douro, representando uma fonte de receitas através do pagamento de portagens. O mosteiro, isento de qualquer pagamento, utiliza esta via natural para a ligação com as suas propriedades localizadas junto ao rio, ou na foz, como o caso da Derreada, ou da Granja de Sta. Eulália e como forma de escoamento dos seus produtos provenientes das propriedades de Riba Douro. Para além da sua utilização enquanto via de transporte, o rio proporcionava também um aproveitamento dos seus recursos piscatórios.

³² Entre a Granja Nova e Ucanha existem um sem número de calçadas que terão de aguardar futura investigação.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal*. England: Aris & Phillips, Ltd. Vol. II.
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 7, nº 1, p. 317-342.
- AUBERGER, Jean-Baptiste (1997) - Cîteaux, les origines. *Dossiers de l'Archeologie*. Dijon: n.º 229, p. 10-14.
- CASTRO, Ana Sampaio e SEBASTIAN, Luís (2002) – A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. N.º 2, p. 33-42.
- COCHERIL, Dom Maur (1986) - *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian & Centro Cultural Português.
- FERNANDES, A. de Almeida (1970) – Esparsos de História (sécs. XII e XIII). *Boletim da Casa Regional Beira-Douro*. Porto: Empresa de Publicidade do Norte. Separata.
- FERNANDES, A. de Almeida (1976) – *Acção dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII*. Barcelos: Companhia editora do Minho.
- FERNANDES, A. de Almeida (1991) – *Livro das Doações de Tarouca. Documenta*. Tarouca: Câmara Municipal. Vol. I.
- FERNANDES, A. de Almeida (1993) – *Livro das Doações de Tarouca. Indices & Studia (Toponymia, Institutiones, Communia Verba)*. Tarouca: Câmara Municipal. Vol. III.
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal e Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- FERNANDES, Rui (1948) – *Lamego do século XVI*. 1ª edição de 1531. Vila Nova de Famalicão: Minerva.
- FERREIRA, Narciso e SOUSA, M. Bernardo (1994) – *Notícia explicativa da folha 14 – B Moimenta da Beira*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- GONÇALVES, Iria (2000) – Do pão quotidiano das terras de Alcobaça. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. Vol. I, p. 21-26. *Actas do Colóquio Internacional Cister – Espaços, Territórios, Paisagens*.
- GONÇALVES, Iria (2004) – Traços da paisagem rural nas terras de Alcobaça (séculos XIV-XV). Tarouca: Câmara Municipal. p. 367-388. *Actas Tarouca e Cister – Espaço, Espírito e Poder*.
- GONÇALVES, M. da Costa (1977) – *História do Bispado e cidade de Lamego*. Lamego. I-III volumes.
- LEROUX-DHUY, Jean-François (1999) – *Las abadias cistercienses, História e Arquitectura*. Paris: Ed. Konemann.
- MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares (1996) – A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga. Coimbra: Dissertação de tese de doutoramento (policopiado).
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri.
- MATTOSO, José; FALCÃO, José António; FERREIRA, Jorge M. Rodrigues (1985) – A propriedade eclesiástica no litoral norte (1220-1258) – Contribuição para o seu estudo. Póvoa de Varzim. p. 231-236. Separata das Actas do Colóquio «Santos Graça» de Etnografia Marítima – Povoamento e Administração – Aspectos Sociais.
- MATTOSO, José (1997) – *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2ª Edição.
- MOREIRA, ab. Vasco (1924) – *Monografia do Concelho de Tarouca*. Viseu: Tipografia de “Jornal da Beira”.
- REIS, Fr. BALTASAR dos (2002) – *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas*. Fac-simile do Livro de 1934. 2ª Edição. Tipografia Voz de Lamego.
- RODRIGUES, Miguel Areosa; TEIXEIRA, Ricardo Abrantes; TORRE Rodriguez, José Ignacio de la (2000) – Perspectivas para o estudo dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca). Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. Vol. II, p. 505-516. *Actas do Colóquio Internacional Cister – Espaços, Territórios, Paisagens*.
- SAA, Mário (1963) – *As grandes vias da Lusitânia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. Vol. IV.
- SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e (2007) – Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Departamento de História da Arte da UNL. n.º 4. p. 142-171.
- TEIXEIRA, Ricardo (1999) – Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro. In *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/Edições Afrontamento. p. 189-242.
- TORRE Rodriguez, José Ignácio de la (1999) – Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro. In *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/Edições Afrontamento. p. 69-116.
- TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago (1998) – *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VASCONCELOS, José Leite de (1933) – *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Cartografia

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 147
(Tarouca). Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 148

(Moimenta da Beira). Escala 1:25.000. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 3ª edição. 1997.

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL: Folha 14 – B
(Moimenta da Beira). Escala 1:50.000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 1987.